

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 4.881, DE 2019

Dispõe sobre a revogação de autorização de estabelecimentos que, reincidentemente, distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis ou biocombustíveis que estejam em desconformidade com as normas estabelecidas pelo órgão regulador.

Autor: Deputado TIAGO DIMAS

Relator: Deputado OTTO ALENCAR FILHO

PARECER ÀS EMENDAS AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR

I - RELATÓRIO

Nesta Comissão de Minas e Energia (CME), findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto e, em 29/09/2025, apresentei, na condição de Relator do projeto de lei, o parecer PRL n.2 CME pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.881, de 2019, do substitutivo apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), e da subemenda ao substitutivo da CDE apresentada na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), na forma de substitutivo apresentado nesta CME.

Ao texto do substitutivo apresentado nesta CME, foram apresentadas 7 (sete) emendas, conforme descrevemos em resumo abaixo:

- **ESB 1/2025 CME, autor Deputado Tião Medeiros:** a emenda propõe excluir a infração listada no inciso II do art. 3º (importar, exportar ou comercializar combustível em quantidade ou



especificação diversa da autorizada ou dar destinação diversa da autorizada) do rol de aplicação da penalidade de “revogação de autorização para o exercício de atividade” (art. 10) em caso de reincidência. O autor entende que a expressão seria genérica e de difícil caracterização, frequentemente associada a infrações de natureza operacional, procedimental ou documental, sem dolo e sem lesividade efetiva.

- **ESB 2/2025 CME, autor Deputado Tião Medeiros, e ESB 5/2025 CME, autor Deputado Coronel Chrisóstomo:** as emendas, similares em conteúdo, propõem suprimir suposta disposição no substitutivo da CME de aplicação de multa calculada pelo dobro dos valores dos incisos II, VI, VIII, XI, XIII e XIV do art. 3º, ou equivalente aos prejuízos causados aos consumidores. Os autores entendem que a previsão seria excessiva, redundante e materialmente desnecessária.
- **ESB 3/2025 CME, autor Deputado Tião Medeiros, e ESB 6/2025 CME, autor Deputado Coronel Chrisóstomo:** as emendas, similares em conteúdo, propõem suprimir os mecanismos de atualização retroativa e automática dos valores das multas aplicáveis. Os autores entendem que a atualização automática poderia gerar efeitos desproporcionais, especialmente sobre agentes de menor porte econômico.
- **ESB 4/2025 CME, autor Deputado Tião Medeiros, e ESB 7/2025 CME, autor Deputado Coronel Chrisóstomo:** as emendas, similares em conteúdo, propõem um novo texto para estabelecer que a ANP possa definir critérios e parâmetros técnicos para distinguir variações normais nas propriedades dos combustíveis, daquelas que caracterizem infração. Os autores entendem que a medida evitaria insegurança jurídica, asseguraria racionalidade científica e reforçaria a credibilidade do sistema de controle de qualidade.

É o nosso relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Sobre o mérito, reiteramos todos os argumentos apresentados no voto do parecer ao projeto de lei em questão, e **passamos à análise das sete emendas apresentadas ao Substitutivo da CME.**

Quanto à emenda ESB 1/2025, entendemos pela importância de manter o dispositivo no rol de possibilidades de aplicação da revogação da autorização, em caso de reincidência. A comercialização ou a destinação não permitida ou diversa da autorizada é infração grave, pois está associada a sérios problemas, como danos à saúde pública e ao meio ambiente, adulteração em quantidade e qualidade, evasões fiscais, concorrência desleal entre agentes econômicos (vantagens indevidas), além de relações irregulares ou com países não autorizados. Exemplificamos aqui alguns casos recentes e potencialmente relacionados a este tipo de infração, que causaram forte comoção neste Congresso Nacional e na sociedade:

- adulterações de bebidas alcóolicas com metanol, altamente tóxico, desviado de postos e distribuidores, conforme apontam investigações recentes¹;
- não adição das misturas obrigatórias de etanol na gasolina tipo C e de biodiesel no óleo diesel B, tema de recentes Audiências Públicas nesta Comissão de Minas e Energia e proposições nesta Câmara dos Deputados²;

¹ **Operação Carbono Oculto:** "A Operação Carbono Oculto revelou um esquema que consistia na compra de metanol importado por empresas químicas regulares, que o repassavam a empresas de fachada. Essas, por sua vez, desviavam o produto para postos de combustíveis, onde o metanol era adicionado de forma ilícita à gasolina comercializada ao consumidor final." Link: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/operacao-alquimia-receita-federal-atua-em-apoio-a-orgaos-parceiros-para-verificar-origem-do-metanol-em-bebidas-alcolicas>

Operação Alquimia: "a Operação Alquimia busca mapear fluxos irregulares de metanol, com destinação diferente da declarada no momento da autorização de importação. O objetivo é identificar a origem do metanol que foi desviado clandestinamente da cadeia de solventes e inserido na cadeia de alimentos para a adulteração de bebidas alcóolicas no país, em especial no estado de São Paulo." Link: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/anp-participa-da-operacao-alquimia-para-combater-adulteracao-de-bebidas

² **CME, AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 14/10/2025**, Tema: "Fiscalização da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel B e os impactos concorrenciais, ambientais e ao consumidor decorrentes da prática de não conformidade." Link: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79361>

CME, AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 28/10/2025. Tema: "Tema PL1923/2024: Sistema Eletrônico de Informações Setor de Combustíveis".

Link: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79864>



- comércio internacional de petróleo e combustíveis irregular³ ou com países com restrições internacionais de comércio, com potencial risco de sanções internacionais ao Brasil⁴.

Quanto à alegação de que o texto inciso II do art. 3º “seria genérico e de difícil caracterização”, destacamos que o texto legal deve ser sim genérico e abstrato, e que cabe ao regulamento do Poder Executivo e da agência reguladora detalhar e pormenorizar os critérios, para então avaliar cada caso concreto de potencial infração, conforme rigoroso processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório. Dessa forma, acreditamos que a reincidência da infração em questão, após o devido processo legal, é grave o suficiente para ensejar a penalidade de revogação da autorização, motivo pelo qual votamos por **rejeitar a emenda em questão**.

Quanto às emendas ESB 2/2025 e 5/2025, destacamos que essas emendas propõem suprimir um dispositivo (disposição de aplicação de multa em dobro) do texto original no PL nº 4.881/2019, mas que não está presente no substitutivo apresentado no Parecer do Relator na CME mais atual, o PRL n. 2 CME, apresentado em 29/9/2025. Dessa forma, não há como aprovar formalmente a supressão de dispositivo que não consta no substitutivo, motivo pelo qual não resta outra opção a não ser **rejeitar essas duas emendas ao substitutivo da CME**.

Quanto às emendas ESB 3/2025 e 6/2025, que pretendem suprimir a atualização automática dos valores das multas, entendemos que a atualização automática mantém o poder dissuasório e compensatório das multas, definido inicialmente pelo legislador. Sem a atualização monetária, haverá a progressiva desvalorização pela inflação acumulada, ao longo do tempo, tornando as multas cada vez menos impactantes – especialmente perante grupos com alto poder econômico e em casos de infrações mais graves de aplicação de multa.

³ **REQ n.60/2025**. Ementa: “Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, em relação à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.” Link: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2508570>

⁴ “O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou nesta terça-feira (15) que países como Brasil, China e Índia podem ser tarifados em 100% por compra de petróleo da Rússia. A declaração foi dada após reunião com congressistas dos Estados Unidos que discutem projeto de lei para taxar países que compram derivados do produto.”

Link: <https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2025/07/15/brasil-pode-ser-tarifado-em-100percent-por-compra-de-petroleo-da-russia-diz-secretario-geral-da-otan.ghml>



Ademais, a justa preocupação com os agentes de menor porte econômico já é tratada, por meio da modulação da aplicação das multas conforme critérios estabelecidos em regulamento, após estudos técnicos e de análise de impacto regulatório, e apurados em processo administrativo do caso concreto, considerando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Importante destacar que, sobre a aplicação desses dois princípios, sempre cabe ao agente impetrar recurso administrativo, bem como recorrer à via judicial, para garantir a sua observância. Dessa forma, acreditamos que os valores mínimos e máximos das multas devem sim ser atualizados, motivo pelo qual propomos **rejeitar as duas emendas mencionadas**.

Quanto às emendas ESB 4/2025 e 7/2025, entendemos que o substitutivo apresentado pelo relator nesta CME já prevê, na inclusão do § 3º do art. 13 da Lei nº 9.847/1999, que a ANP regulamente critérios técnicos e margens de tolerância no mesmo sentido que pretendem os autores dessas emendas. Por já estar atendido no substitutivo da CME, e por não apresentar alteração ou inovação legislativa, não vemos outra opção a não ser **rejeitar as duas emendas mencionadas**.

Ante as razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.881, de 2019, do substitutivo apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), e da subemenda ao substitutivo da CDE apresentada na Comissão de Indústria, Comércio e Serviço (CICS), na forma do substitutivo apresentado nesta Comissão, **e pela rejeição das sete emendas ao substitutivo da CME**.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OTTO ALENCAR FILHO
Relator

